



A ARQUITETURA COMO CENÁRIO DE NOSSAS LEMBRANÇAS: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE TUPANCIRETÃ/RS*

ARCHITECTURE AS A SCENERY OF OUR KNOWLEDGE: THE ARCHITECTURAL AND
CULTURAL HERITAGE OF TUPANCIRETÃ / RS

Tarcísio Dorn de Oliveira ¹

Resumo: A presente pesquisa mostra a arquitetura entendida como patrimônio arquitetônico constituinte do cenário das lembranças e situam-se na medida em que as paisagens construídas fazem alusão a significados simbólicos, que evocam narrativas relacionadas à vida do indivíduo. Assim, a maneira de interpretar as experiências no espaço se converte em realidade e possibilita dar significado ao mundo físico. Um dos aspectos fundamentais na vida de uma cidade, portanto, é o conjunto de recordações que dela emergem: a memória urbana é a realidade que marca a própria fugacidade na história, ao mesmo tempo em que anuncia a possibilidade de transcender a temporalidade individual. Nesse sentido, o resgate da memória urbana vem no sentido de articular a preservação do patrimônio às demandas do desenvolvimento social e econômico do município, dando ênfase às análises, enfocando os aspectos históricos, socioculturais e arquitetônicos de cada edificação.

Palavras-chave: Arquitetura. Patrimônio. Preservação. Tupanciretã.

Abstract: The present research shows the architecture understood as architectural patrimony as constitution of the scenery of our memories and they are located to the extent that the constructed landscapes allude to symbolic meanings, where they evoke narratives related to our lives. Thus, the way we interpret experiences in space becomes our reality and enables us to give meaning to our physical world. One of the fundamental aspects in the life of a city, therefore, is the set of memories that emerge from it: urban memory is the reality that marks our own fugacity in history, at the same time it announces the possibility of transcending our individual temporality. In this sense, the rescue of the urban memory comes in the sense of articulating the preservation of the patrimony to the demands of the social and economic development of the city, emphasizing the analysis, focusing on the historical, sociocultural and architectural aspects of each building.

Keywords: Architecture. Patrimony. Preservation. Tupanciretã.

* O artigo foi aprovado para publicação com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

¹ Doutorando em Educação nas Ciências pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ, 2016). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2011). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ, 2009). Docente dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da UNIJUÍ. Contato: tarcisio_dorn@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Diversas áreas do conhecimento têm focado na necessidade, cada vez mais urgente, da preservação do patrimônio arquitetônico. Dentro dessas discussões, ressalta-se a importância do estudo e da preservação, pois se entende que esse representa a dimensão física para a salvaguarda da memória de uma sociedade. Entretanto, com a urbanização e o crescimento das cidades, muitas vezes atrelados às transformações que geram danos e perdas ao patrimônio edificado, é fundamental a reflexão sobre este tema sob a ótica da qualidade ambiental das cidades, atrelando-se esses significados à identidade local.

Conforme Castro *et al.* (2010), é com o movimento modernista na década 1920 que tem início, no Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural nacional. Seus representantes acreditavam que o Brasil só seria capaz de adentrar no mundo moderno a partir da busca de uma identidade própria e se empenharam, então, em identificar aspectos e elementos gerais que configurassem um perfil artístico e cultural do país.

Segundo Schneider (2005), tomando como premissa a importância do patrimônio arquitetônico como parte integrante da ação cristalizada em determinado espaço e tempo, tem-se uma evidência material de que o espaço construído pelo homem dá suporte a todas as suas atividades e a sua existência. Desta forma, a arquitetura representa a dimensão física, numa escala ampliada, para a salvaguarda da memória de uma sociedade.

Essa tendência de valorização de conjuntos propõe uma visão extremamente complexa sobre a arquitetura e o urbano. Agrega à ideia de “patrimônio” a noção de “ambiente”, que [...] parte da relação entre natureza e cultura. A produção deste “ambiente” artificial é um espaço imerso na cultura do homem. Uma visão que, poderíamos dizer, é mais holística, valendo-se não somente de estudos científicos, mas também, da subjetividade a que estão sujeitas as questões de preservação. (SCHNEIDER, 2005, p. 32).

Pode-se apontar, ainda, que a preservação do patrimônio se reflete na manutenção do caráter identitário do cenário construído, ou seja, permite a conservação ou formação de lugares em oposição aos não-lugares. Assim, a preservação permite à população o acesso à memória coletiva, conhecendo e interpretando o passado para constituir, no presente, a identidade da comunidade, passando a compreender melhor a sua cidade, atribuindo-lhe novo valor e intervindo positivamente nela.



Conforme Castro *et al.* (2010), as noções de reconhecer-se, respeitar e, principalmente, preocupar-se em preservar um patrimônio encontram-se intrinsecamente ligadas aos sentimentos de pertencimento e reconhecimento do cidadão. É esse o principal fato que caracteriza as discussões atuais acerca da noção de patrimônio, pois a partir de constatações nesse sentido se deram as principais mudanças que caracterizam o abrangente conceito de patrimônio.

Nesse sentido, esta pesquisa justifica-se uma vez que se busca o reconhecimento e a preservação do patrimônio arquitetônico urbano, dando suporte para o conhecimento e a preservação de parte do patrimônio tupanciretanense. O mérito deste estudo está em refletir sobre a conscientização e a importância da preservação, mostrando as bases arquitetônicas, históricas e culturais dessas edificações, juntamente com questões de memória e pertencimento.

METODOLOGIA

Neste ensaio observa-se o estudo exploratório, tendo como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico desenvolvido com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos e, a partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão e aprofundamento sobre o tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tupanciretã tem um passado com raízes profundas na vida missioneira, o seu nome encerra uma lenda, haja visto que todas as reduções jesuíticas foram batizadas com nomes de santos da igreja católica apostólica romana. Para esta localidade, porém, os jesuítas invocaram o nome da mãe de Deus e o fizeram na língua bárbara, com a denominação pitoresca de Tupan-ci-retan. Segundo Ornellas (1934) não há terra que não tenha parte de sua história a ressaltar, dentre fatos cronológicos, uma



lenda, um motivo misterioso que a credence popular, às vezes, cria e a tradição consagra.

Passa à categoria de vila, pelo Decreto nº 4200, de 21 de dezembro de 1928 e após atingir grande desenvolvimento econômico, consegue emancipar-se de Júlio de Castilhos, Cruz Alta e Santo Ângelo, conforme Decreto nº 7199, de 31 de março de 1938. Após a emancipação, o município passa a ter perfil econômico muito satisfatório, com grandes estâncias. Mas com o passar do tempo e com a atividade pecuária sofrendo problemas devido a fatores econômicos (baixa do preço dos bovinos e também a substituição da carne bovina por outras, como aves e suína, além de outros produtos), essas estâncias são vendidas para agricultores que se dedicam à plantação de soja.

O resgate da memória urbana, da identificação e do estabelecimento dos valores do patrimônio arquitetônico dentro da paisagem urbana onde estão inseridos. Cada indivíduo pode estabelecer várias associações com diferentes partes da cidade onde vive e cada uma dessas relações pode gerar uma imagem impregnada de lembranças e significados particulares. Então, o que fica gravado na memória é produto das relações estabelecidas pelo homem com o mundo, conforme afirma Calvino (2004, p. 14):

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos de escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Nesse sentido, é possível identificar através dos exemplares arquitetônicos antigos remanescentes e de outros já demolidos, que em Tupanciretã há uma pequena ou escassa preocupação na manutenção e preservação dos prédios da cidade, da memória urbana ou da valorização do patrimônio arquitetônico e cultural. Observa-se que existe pouco empenho público ou acervo municipal que enfoque tal temática, evidenciando a representatividade de valores que, se por um lado são considerados sem nenhuma importância num determinado período, por outro, podem vir a ser valorizados e apreciados pelas gerações posteriores àquelas que os produziram.

Ao longo dos anos, isso tem repercutido de forma negativa, pois apesar do acervo patrimonial estar salvaguardado através de instrumentos jurídicos, torna-se



difícil obter o apoio da sociedade para a preservação desses bens, pois essa, por desconhecimento quanto à importância que os mesmos têm para manutenção da memória coletiva, não os valoriza e, principalmente, rejeita as poucas medidas de preservação impostas pelo poder público.

Observa-se que a perda com as demolições em Tupanciretã relaciona-se principalmente com o desaparecimento da memória da evolução urbana e com o empobrecimento do cenário que poderia ser mais diverso e rico. O espaço urbano contemporâneo, destituído de várias edificações e conjuntos arquitetônicos, transforma-se em um espaço heterogêneo que, muitas vezes, não valoriza os edifícios históricos remanescentes. Esses fatores corroboram para seu futuro desaparecimento e indicam a necessidade imediata da preservação do que há na cidade, de ações de educação patrimonial e da conscientização da população quanto ao significado e importância dos prédios existentes como fator de identidade e pertencimento do cidadão ao local de origem.

Preservar os prédios antigos não é só guardar recordações dos velhos tempos, é possibilitar que outras gerações possam estudá-los, observá-los e tirar suas conclusões sobre a evolução que ali se sucedeu, além de se encantarem com suas formas e ter uma prova concreta de que aquilo que lhes falam realmente existiu. Pode-se afirmar, então, que esses bens consolidam relações de identidade importantes para o coletivo tupanciretanense, pois esses espaços e edificações estabelecem, para a comunidade, importantes vínculos entre espaço e cidadania, sendo que por meio do conhecimento desses bens é possível ler boa parte da história da cidade. Justamente por isso, este trabalho busca identificar aspectos técnicos e históricos como sentido de identidade presente na comunidade.

Ainda, pode-se agregar, conforme Choay (2000), que o patrimônio designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de objetos que congregam pertences comuns ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Nesse sentido, Dias e Machado (2009), compreendem que o valor da memória, da identidade e do conhecimento da história, bem como a preservação do patrimônio tornam-se um fator importante na formação escolar visando o desenvolvimento local.



A memória, conforme Le Goff (2003), é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. O mesmo autor observa ainda que, para muitos povos, a memória é um artifício fundamental para a sobrevivência e perpetuação de suas tradições; além de ser um instrumento e objeto de poder importante na luta das forças sociais.

Em Tupanciretã, observa-se uma mistura de estilos arquitetônicos do passado para a criação de uma nova linguagem arquitetônica – o eclético – pois, apesar de sempre haver existido alguma mistura de estilos durante a história da arquitetura, o termo arquitetura eclética é usado em referência aos estilos surgidos durante o século XIX que exibiam combinações de elementos que podiam vir da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica. Assim, o ecletismo se desenvolveu ao mesmo tempo e em íntima relação com a chamada arquitetura historicista, que buscava reviver a arquitetura antiga e gerou os estilos "neos" (neogótico, neorromânico, neorrenascença, neobarroco, neoclássico etc.).

Além do uso e mistura de estilos estéticos históricos, a arquitetura observada em Tupanciretã, de maneira geral, caracteriza-se pela simetria, busca de grandiosidade e riqueza decorativa, sendo que os elementos ornamentais das fachadas dos edifícios inventariados estão, muitas vezes, atrelados às funções dos prédios e às ideologias de seus proprietários. São resultantes do interesse das classes dominantes em evidenciar sua cultura, a partir do conhecimento da história e dos mitos vindos da Europa. Do ponto de vista técnico, a arquitetura tupanciretanense também se aproveitou dos novos avanços da engenharia do século XIX.

No entendimento de que o espaço urbano é um ambiente historicamente produzido, possibilitando a identificação de sua população e o surgimento de pessoas possivelmente conscientes de seu papel no processo de preservação desses exemplares, reconstituir a trajetória da cidade percebendo suas permanências e transformações é uma forma de se construir a memória juntamente com os cidadãos. O que é reforçado por Abreu e Chagas (2003), para quem os seres humanos usam seus símbolos, sobretudo para agir e não somente para se comunicar, assim, o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, é bom



para agir, não existindo apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.

Dias e Machado (2009) refletem que a compreensão do indivíduo e da sua realidade faz com que ele passe a dar valor à sua história e, em consequência, à sua memória, haja visto que a memória é o elo entre o indivíduo e a preservação de sua identidade, pois sem consciência de si, uma sociedade não pode ser capaz de construir sua cidadania. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural se encobre de grande notoriedade.

Medeiros e Surya (2009) entendem que a depredação dos bens patrimoniais e culturais é uma questão preocupante e não pode continuar acontecendo sob as vistas da sociedade sem que nada seja feito. Apesar da legislação brasileira ser bastante ampla e de boa qualidade, ainda não se efetiva na prática da forma como se faz necessário e, até que isso ocorra, ainda será comum a perda de elementos culturais em função dessa ineficiência legislativa. Por isso, é salutar valorizar as lembranças evocadas, pois estabelecem um elo da história com a comunidade. Esse fato contribui para despertar em todos os envolvidos um processo de sentimento e de pertencimento a um lugar, num determinado tempo, e essa percepção pode vir a fortalecer o comprometimento desse indivíduo com o local onde ele está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte da preservação da memória urbana coletiva da cidade está principalmente em seus edifícios. Eles são os testemunhos mudos, porém de extrema valia de um passado distante, servindo para transmitir às novas gerações os episódios históricos que neles tiveram lugar e também como referência urbana e arquitetônica, por isso a importância de preservá-los, para que as gerações futuras possam sentir *in loco* a visão de uma cidade humana. Em Tupanciretã, a importância das edificações de valor arquitetônico simboliza o poder transmitido às pessoas do presente e do futuro, derivando da intenção de fazer do espaço urbano um espaço exuberante capaz de gerar emoções, reviver tradições e recapitular relações através do tempo entre o perto (presente) e o longe (passado).



A força desses monumentos são ideias e imagens transpostas ao espaço e, num caminho inverso, espaço transposto às ideias e às imagens que não são fixas, mas semente e fruto do imaginário. Está aí o maior poder do monumento/da monumentalidade: estar nos lugares e no imaginário. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte do imaginário e da memória social de uma localidade, assim, os edifícios e áreas urbanas de Tupanciretã possuidores de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social, assim como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial.

Ter consciência da história não é informar-se das coisas outrora acontecidas, mas perceber o universo social como algo submetido a um processo ininterrupto e direcionado de formação e reorganização. Assim, diferentemente da memória individual, a memória social se constrói ao longo de muitas gerações de indivíduos mergulhados em relações determinadas por estruturas sociais. A construção da memória social urbana implica a referência ao que não foi presenciado, representando processos e estruturas sociais que já se transformam.

A preservação do patrimônio e o resgate da memória são constituídos de impressões, experiências e significados que estão no fato de que é o que retemos o que nos dá a dimensão de sentido no mundo, pois esses lugares identificados apresentam uma força de representação simbólica capaz de despertar ilhas de afetividade em seus habitantes e na comunidade. O que seria de uma cidade sem a história de sua evolução, sem as memórias daqueles que ajudaram a erguê-la, sem os mitos e lendas que encantam e seduzem quem passa por elas? A maior parte desta história de evolução está preservada em seus prédios antigos, cujas fachadas preservam em seus diversos estilos a linha do tempo do povo que ali habita.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 4.200*. Dezembro de 1928. Eleva à categoria de vila o povoado de Tupanciretã – RS.



_____. *Decreto nº 7.199*. Março de 1938. Institui a emancipação do município de Tupanciretã – RS.

CALVINO, Ítalo. *A trilha dos ninhos de aranha*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

CASTRO, Magali et al. *Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DIAS, Reinaldo; MACHADO, Gilmara de Cássia. Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local. *Revista Patrimônio: Lazer & Turismo*, v. 6, n. 8, p.1-11, out./dez. 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. SURYA, Leandro. *A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

ORNELLAS, Manoelito de. *Tupan-cy-retan*. São Paulo: Limitada, 1934.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. *Rio Prado: evolução urbana e patrimônio arquitetônico-urbanístico*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.